

RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 305, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

Revoga a Resolução CONSEMA nº 235/2024, que “Dá publicidade à atribuição do Município de Santiago do Sul para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local no nível III de complexidade”.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (CONSEMA), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e pelo inciso VI do art. 9º, do Anexo Único, do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014;

Considerando que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos mais importantes da Política Nacional do Meio Ambiente, cujas regras gerais estão definidas pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando que a Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, estabelece no art. 2º que compete ao Poder Público Estadual e Municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora;

Considerando que a Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixou as normas de cooperação entre a União, Estados e Municípios, relativamente ao exercício da competência disposta nos incisos III, VI e VII do art. 23 da Constituição Federal;

Considerando que o art. 9º, inciso XIV, alínea *a*, da Lei Complementar Federal nº 140/2011 estabeleceu como ações administrativas dos Municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;

Considerando que o licenciamento ambiental de atividades de impacto local é uma das atribuições mais significativas para a sustentabilidade exercida pelos Municípios; e

Considerando a Resolução CONSEMA nº 167, de 5 de junho de 2020 que “Estabelece regras de atuação supletiva do órgão ambiental estadual, nas hipóteses definidas na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011”; e

Considerando os autos do processo SGP-e nº SEMAE 1381/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Resolução CONSEMA nº 235/2024.

Art. 2º A revogação do ato que conferia publicidade ao exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local não impede que nova comunicação



seja formalizada a este Conselho, desde que preenchidos todos os requisitos regulamentares e legais exigíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 11 de março de 2026.

CLEITON FOSSÁ
Presidente do CONSEMA